

ISSN: 2764-5622

Vol. 3 | Nº. 1 | Ano 2022

**Juliana Rangel
Sabatini**

*Universidade Estadual do
Rio de Janeiro
rangelsabatini@yahoo.com.br*

Patrícia Neumann

*Universidade Estadual
do Centro Oeste
souhumanista@gmail.com*

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o equívoco de diagnóstico entre superdotação e Transtorno do Espectro Autista na avaliação psicológica de pessoas adultas. Para isto, o texto apresenta um estudo de caso de uma mulher com superdotação identificada na vida adulta e que passou pela situação de erro de diagnóstico. O estudo foi descritivo, exploratório e qualitativo. A participante foi uma mulher de 36 anos, psicóloga e professora. Ela respondeu a um questionário de quatro perguntas abertas. Os resultados apontam que dentre os motivos para erros de diagnóstico estão a falta de conhecimento sobre superdotação, interseccionalidade e paradigma neurodivergente, a ausência de referencial teórico atualizado e profundidade de análise no processo. Considera-se que é necessário investimento na formação profissional em amplo âmbito para que se favoreça a mudança da realidade de exclusão do público com superdotação pela Psicologia.

Palavras-chave: superdotação; TEA; avaliação psicológica, neurodivergência.

THE MISCONCEPTION BETWEEN GIFTEDNESS AND ASD IN PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT: A CASE STUDY OF AN ADULT WOMAN

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the misdiagnosis between giftedness and Autism Spectrum Disorder in the psychological assessment of adults. For this, the text presents a case study of a gifted woman identified in her adult life and who went through a misdiagnosis situation. The study was descriptive, exploratory and qualitative. The participant was a 36-year-old woman, psychologist and teacher. She answered a questionnaire of four open questions. The results indicate that among the reasons for misdiagnosis are the lack of knowledge about giftedness, intersectionality and the neurodivergent paradigm, the absence of updated theoretical framework and depth of analysis in the process. It is considered that investment in professional training in a broad scope is necessary in order to favor a change in the reality of exclusion of the public with giftedness in Psychology.

Keywords: giftedness; autism spectrum disorder; psychological assessment, neurodivergence.

Correspondência/Contato

*revistaneurodiversidade@gmail.com
<https://www.revistaneurodiversidade.com/>*

Editores responsáveis

Daniele Pendeza

Lucas Pontes

1 INTRODUÇÃO

Esse texto apresenta o estudo de caso de Mafalda¹, uma mulher superdotada, que passou pela situação de erro de diagnóstico no processo de avaliação psicológica. Em sua primeira avaliação, neuropsicológica, foi identificada como pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e em uma segunda avaliação, sendo psicoeducacional, foi identificada como superdotada. Cabe ressaltar que o termo diagnóstico é utilizado aqui com o sentido de delimitação de uma condição neurodivergente para fins de comunicação sobre a mesma e validação existencial de pessoas que a possuem, sem intenção, portanto, de atribuir rótulos pré-concebidos.

Segundo o DSM-5 (2014)², o TEA é um Transtorno do Neurodesenvolvimento, presente no início do período de desenvolvimento humano, ainda que não fique perceptivelmente manifesto até certa idade (critério C). Caracteriza-se por déficits persistentes em comunicação e interação sociais (critério A), incluindo a presença de padrões repetitivos e restritos do comportamento (critério B), que geram, necessariamente, “prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente (critério D)” (DSM, 2014, p. 50). Atualmente, é dividido em níveis de suporte (do 1 ao 3) a depender da necessidade de apoio terapêutico em cada área (comunicação social e comportamentos restritos e repetitivos). Assim, ressaltamos que o autismo do qual falamos é o de nível 1 de suporte, aquele que, muitas das vezes, tem sido confundido com superdotação.

No Brasil, os termos superdotação ou altas habilidades são usados com o mesmo sentido. Um conceito de base adotado pela legislação que regulamenta a educação especial é de que a pessoa superdotada faz parte do público da Educação Especial por apresentar necessidades educacionais especiais. São pessoas que mostram elevado desempenho e potencial que pode ser em âmbito intelectual, acadêmico, de liderança, de pensamento criativo, no talento para artes e/ou na motricidade (Diretrizes da Educação Especial, 1995). Dado ambos os termos serem utilizados, optamos por manter superdotação, ao longo do texto.

Dentro desta definição geral, inserem-se outras mais específicas como a de Renzulli (2004) que delimita a superdotação como habilidades acima da média, elevada motivação e criatividade, em seu

¹ Nome fictício para preservar o sigilo clínico. Ele foi escolhido pela própria participante em homenagem à Mafalda, personagem dos quadrinhos criada pelo desenhista argentino Quino. Conhecida por ser uma menina inteligente, questionadora e inconformada, que sempre faz perguntas que deixam os adultos sem saber como responder, Mafalda é uma grande representante da vivência da participante.

² DSM-5 é o manual de diagnóstico da sociedade americana de psiquiatria dos EUA. Através dele se baseiam os critérios diagnósticos para todos os transtornos catalogados atualmente.

Modelo de Três Anéis. Sua definição e consequente modelo de atendimento educacional é o que, comumente, se utiliza nos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAHS) para crianças e jovens. O modelo de Renzulli é um dos cinco modelos reconhecidos pela *National Association for Gifted Children* da Inglaterra, junto aos modelos de Howard Gardner, François Gagné, Robert Sternberg e Abraham Tannenbaum. Todos estes modelos veem a superdotação como rendimento e/ou potencial para a realização.

Contudo, para além da infância, estas pessoas se tornam adultas e continuam a ter necessidades especiais na vida como um todo. Neste sentido, é preciso um diálogo entre definições deste fenômeno. Apresentamos duas definições que têm contribuído na compreensão da superdotação na vida adulta, sem foco no rendimento em si, mas no desenvolvimento e na vivência. A que se segue, foi formulada, em 1991, pelo *Columbus Group*, no qual participou Linda Silverman:

Superdotação é desenvolvimento assincrônico no qual capacidades cognitivas avançadas e reforçada intensidade se combinam para criar experiências interiores e consciência que são qualitativamente diferentes da norma. Esta assincronia aumenta com a maior capacidade intelectual. A singularidade dos superdotados os torna particularmente vulneráveis e exige modificações na parentalidade, ensino e aconselhamento para que se desenvolvam otimamente (Rinn & Majority, 2018, p.51).

Esta definição entende a superdotação como condição de desenvolvimento diferenciada que leva às necessidades especiais de atendimento em educação e saúde por toda a sua vida. Uma outra definição é a de Anne Marie Roeper, citada por Silverman e Miller (2009), na qual, superdotação é possuir elevada consciência, sensibilidade e capacidade de compreender e transformar percepções em experiências intelectuais e emocionais. Roeper defende que a pessoa superdotada é emocionalmente diferente das outras. O “eu” é estruturado de forma diferente, sua profundidade de consciência e o centro de sua vida interior são diferentes e sua visão do mundo é mais complexa.

Tais breves definições de TEA e superdotação já indicam o quão diferente são estas condições uma da outra, embora sejam ambas condições de neurodesenvolvimento. Assim, o problema que norteia este texto é quais os possíveis motivos que levam profissionais da Psicologia a confundir estas condições na avaliação psicológica. Nosso objetivo é oportunizar reflexões sobre a formação e a prática profissional na área de avaliação no que tange ao público neurodivergente.

2 MÉTODO

Esta pesquisa foi um estudo de caso de caráter descritiva, exploratória e qualitativa. A participante foi Mafalda, uma mulher branca, trinta e sete anos, cisgênero, heterossexual, de classe média, psicóloga, professora universitária, cientista e moradora da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Ela respondeu, por escrito, a um questionário com quatro questões abertas: 1) Como você chegou à identificação da superdotação? 2) Como foi o seu processo de identificação? 3) Como foi depois de saber o resultado da avaliação? 4) O que você aprendeu durante o processo da avaliação? As respostas de cada questão foram convertidas em subtítulos, que seguem respectivamente.

3 RESULTADOS

O caminho até chegar à superdotação

Mafalda: Era maio de 2020 quando, como psicóloga clínica, recebia uma cliente que contribuiria grandemente para inúmeras descobertas em minha vida. Nesse ano, o mundo foi assolado por um evento grave e marcante, que se estende até a atualidade³: uma pandemia viral. Provocada por um vírus chamado Sars-Cov-2, altamente contagioso, que provoca uma doença que recebeu o nome de COVID-19, com sintomas, que vão desde tosse, febre até uma condição grave respiratória que leva até a morte. Isso fez com que, em março de 2020, o Governador do Estado do Rio de Janeiro decretasse o fechamento de tudo por 15 dias, a princípio. O que significava que deveríamos ficar todas(os) em casa, saindo somente para o essencial (mercados, farmácias)⁴. O tempo foi passando e os 15 dias já se estendem para mais de dois anos. Devido a esse cenário, profissionais da psicologia precisaram ajustar seus trabalhos à nova realidade. Focando aqui na psicologia clínica, meus atendimentos passaram a ser feitos de forma online, mediados por computadores ou celulares. Proporcionar acompanhamento psicológico de forma remota me possibilitou a oportunidade de acolher pessoas as quais jamais encontraria na clínica presencial, uma vez que a distância geográfica não permitiria isso, como foi o caso da cliente em questão. Havia dois meses que toda minha vida

³ Junho de 2022.

⁴ Decreto nº 46.973 de 16 de março de 2020. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMjI%2C>. Acesso: 29/12/2021.

profissional se tornara online quando uma colega psicóloga me pediu para acolher um caso de psicoterapia e assim o fiz. Em dado momento desse processo psicoterápico, a cliente compartilhou comigo que se identificara com o autismo. Disse que leu alguns textos sobre o fato de o autismo em mulheres e meninas passar despercebido por profissionais da saúde (médicas, psicólogas etc.) devido ao fato de elas camuflarem algumas características do autismo, conseguindo interagir de alguma forma ao longo da vida, amenizando os déficits na comunicação social. Como nunca tivera contato sobre esse tema de forma aprofundada, comecei a pesquisar sobre o assunto. Ao longo de 2020, assisti a inúmeras palestras e fiz muitas leituras, tanto de profissionais da área quanto de mulheres autistas com diagnósticos recebidos apenas na vida adulta. Como minha abordagem é a Gestalt-terapia, que tem como uns de seus fundamentos de base a fenomenologia e o existencialismo (Yontef, 1998; Ribeiro, 1985), diagnósticos formais (os classificados em manuais oficiais da psiquiatria, tais como o DSM-5) nunca foram o foco de meu trabalho, uma vez que o principal da atuação nessa abordagem é a forma como a pessoa se relaciona com o mundo, dando ênfase ao sentido da experiência vivida de forma singular, olhando para as possibilidades do existir. Atuar com essa abordagem é olhar a pessoa como um todo integrado, sempre em relação com o ambiente, a sociedade, de tal forma que qualquer sintoma é visto como um sinalizador de como está a relação de uma pessoa com o mundo que a cerca (Galli, 2009). Contudo, vale ressaltar que não focar no diagnóstico no sentido formal, não significa que eles não sejam importantes para a pessoa que dele necessita em nossa sociedade, por isso minha escuta terapêutica será sempre aberta, sem julgamentos e acolhedora. Dessa forma, se a pessoa que estou atendendo compartilha comigo sua identificação com algo, ela é escutada sempre, em toda sua singularidade. Busco, assim, saber o sentido daquilo em sua vida, procurando estudar e aprender sobre o assunto, em uma parceria terapeuta-cliente que é muito valorizada na Gestalt-terapia, uma vez que a relação terapêutica é fundamental nesse processo. Entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, intensifiquei ainda mais as pesquisas sobre autismo e alguns pontos começaram a chamar a atenção para minhas próprias experiências: questões sensoriais (ter ouvidos, nariz e olhos sensíveis demais aos estímulos do ambiente); começar a fazer muitas tarefas em casa ao mesmo tempo e, quando perceber, não terminar nenhuma de forma satisfatória; esbarrar em objetos pela casa e, muitas das vezes, me machuca; ou mesmo uma timidez extrema na infância, que me gerava grande desconforto em algumas situações, como apresentar trabalhos na escola/faculdade, por exemplo. Algumas coisas fizeram sentido e, assim, eu me vi diante da necessidade de buscar compreensão para minha forma singular de funcionar, que era divergente da grande parte das pessoas com quem convivia e interagia. Nessa busca, descobri um programa que estava sendo criado por uma psicóloga autista, o qual abarcava os objetivos procurados por mim: promover aprendizado e trocas de experiências sobre autismo. Com temáticas desenvolvidas pela profissional ao longo de 3 meses (de

abril a julho de 2021), o grupo era para pessoas já diagnosticadas autistas ou que se identificavam de alguma forma com a condição. Nessa experiência, aprendi sobre autismo tanto de forma científica quanto através das experiências compartilhadas. Em junho, resolvi passar por uma avaliação de investigação para TEA com uma psicóloga indicada por dois colegas do referido grupo. Nesse processo, a profissional levantou hipótese de altas habilidades que, sendo de meu total desconhecimento, fui em busca para conhecer. Dessa forma, esse tema, assim como o autismo, também me afetou ao começar a pesquisá-lo, gerando inúmeras descobertas. Uma delas foi que altas habilidades é sinônimo de superdotação no Brasil, sendo referida pela sigla AH/SD, possuindo inclusive legislações próprias para a acessibilidade educacional. Essa condição é abarcada pela Política Nacional de Educação Especial que, a partir do Decreto nº10.502 de 2020, passou a se chamar “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida”, o que significa que a identificação precoce para AH/SD é importante para a criação de estratégias de políticas públicas que possam se ater às especificidades desse público na área educacional, a qual segue até a vida universitária. Nesse sentido, existe uma legislação específica para isso: a Lei 13.234/2015, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação”. Ao estudar mais profundamente sobre esse tema, tive duas surpresas: eu me identifiquei extremamente com tal condição e descobri que era possível um profissional confundir TEA (nível 1 de suporte) com AH/SD⁵, sendo isso mais comum do que se imagina. Descobri que a possibilidade de confusão entre as duas condições se dá, muitas vezes, devido ao desconhecimento por profissionais da Psicologia de um fenômeno chamado sobre-excitabilidade⁶ (Dąbrowski, 1972), o qual também pode levar à confusão entre superdotação e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (Rinn & Reynolds, 2012). Tais informações começaram a me gerar desconfiança em minha avaliação investigativa para TEA, culminando em minha avaliação para identificação de altas habilidades/superdotação.

⁵ Informação disponível em: <https://youtu.be/mqV14JmSBpQ>. Acesso em 03/05/2021.

⁶ Acerca da sobre-excitabilidade, vide o canal Nenhum Talento a Menos, no Youtube e o site: <https://ahsdtip.wixsite.com/meusite/sobre-ah-sd> para informações introdutórias ao assunto.

O processo de identificação e avaliação

Mafalda: Enquanto pesquisava sobre AH/SD, uma postagem em uma rede social de uma psicóloga especializada na área me chamou a atenção: era sobre características das crianças superdotadas. Eu tinha todas elas. Outra que me deixou intrigada foi uma que tratava das confusões entre AH/SD e alguns diagnósticos como TEA, TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) etc. Comecei a buscar intensamente. Li artigos sobre o tema, assisti a palestras de profissionais sobre o assunto, como também depoimentos de pessoas identificadas como superdotadas na vida adulta que, antes disso, receberam diagnósticos equivocados. Isso tudo acontecia enquanto recebia meu laudo de TEA, feito pela psicóloga especialista em avaliação de autismo em adultos. Contudo, nesse momento, eu já estava desconfiada que pudesse ser mais um caso de equívoco de diagnóstico e, por isso, busquei referência de alguma psicóloga que fizesse avaliação de superdotação. Entrei em contato com a profissional que me foi indicada. Ela me explicou todo o processo, que seria feito de forma online: que se tratava de uma avaliação psicoeducacional multidimensional, a qual é diferente da avaliação neuropsicológica; que possuía alguns questionários validados aqui no Brasil, além de anamnese, entrevista e análise de produção em artes, caso tivesse alguma. Fui informada que o Teste de Inteligência para avaliar o quociente intelectual não era obrigatório para identificar AH/SD, mas que ajudaria a complementar a avaliação. Após acertarmos tudo para o início do processo, recebi dez questionários extremamente detalhados para que pudesse responder. Vale ressaltar que um deles era de levantamento de hipótese para outras condições, tais como Dislexia, TEA, TDAH etc. Caso eu pontuasse para qualquer uma das possibilidades ali existentes, ela me encaminharia para um profissional especialista na referida área, de sua confiança. Fui orientada que marcaríamos uma entrevista assim que os enviasse de volta. Respondi aos questionários com bastante cuidado e espontaneidade. Assim que os enviei, fizemos uma entrevista. Conte novamente minha história, dessa vez de frente para a psicóloga numa chamada de vídeo online, pois antes tinha adiantado algo por mensagem de texto. Ela tirou algumas dúvidas de determinadas respostas minhas e depois fez mais algumas perguntas estruturadas, mas de respostas abertas. Antes de finalizar tudo, ela me perguntou se tinha alguma dúvida ou questão, não havendo, fechamos. Enquanto os questionários e a entrevista eram analisados, fiz o teste de inteligência com uma psicóloga indicada por ela no local onde moro, no Estado do Rio de Janeiro, pois esse teste só pode ser realizado presencialmente. Foram quatro sessões: uma entrevista de anamnese e duas para a aplicação do teste, pois fica cansativo se for feito de uma vez só, podendo interferir nos resultados. A última sessão foi de devolutiva dos resultados. Após o laudo do teste de inteligência ficar pronto, ele foi encaminhado para a psicóloga que fazia

minha avaliação. Confirmando minhas suspeitas, as duas psicólogas que me avaliaram em conjunto não identificaram nenhuma hipótese para TEA. Entendeu-se, assim, que características da superdotação somadas às minhas singularidade e história de vida foram confundidas com o transtorno do espectro autista. Isso significa que, assim como nas palestras a que assisti e nos relatos os quais ouvi, eu também fui um caso de equívoco de diagnóstico.

Sou superdotada, e agora?

Mafalda: Recebi o resultado de minha identificação como pessoa superdotada do tipo acadêmico-intelectual (área linguística), em liderança e esportes em 11 de agosto de 2021, aos 36 anos de idade, o que fez todo sentido para mim. Saber que sou uma mulher superdotada me fez realizar um retrospecto na minha vida. Percebi que, sem saber, meus pais contribuíram demais em muitos aspectos para essa minha diferença: estudei em uma escola que tinha esportes e muitos eventos em grupo; brinquei com o que quis; fui incentivada a pesquisar, a buscar as informações e a ser independente. Toda a minha singularidade de ser quem sou foi intuitivamente incentivada por eles. Agora, sigo aprendendo. E tudo isso que passei nesse período de 2021 transformou não apenas minha vida pessoal, como me fez pensar em outras formas possíveis de atuação profissional daqui para frente.

E, depois, houve outro caminho...

Mafalda: Nesse trajeto, ainda em construção, aprendi que se pode confundir superdotação com alguns transtornos caso se olhe apenas para o comportamento de forma superficial. Aqui, trago a abordagem que me guia, a Gestalt-terapia, principalmente no que se refere ao método fenomenológico, herança da fenomenologia de Edmund Husserl. Ele nos convida a uma atitude fenomenológica ao olhar para os fenômenos, para aquilo que nos aparece, o que significa que precisamos renunciar aos nossos pré-juízos sobre o que vemos e, em vez de supor, perguntar (Ewald, 2008). Um comportamento é um fenômeno. Contudo não podemos achar que sabemos o que ele significa. É necessário se atentar não ao que se percebe, mas ao sentido dele para cada pessoa em sua singularidade. Vou usar como exemplo o assunto aqui em questão: autismo e superdotação. Ambos podem ter dificuldades na interação social, que inclusive é um dos critérios diagnósticos para autismo. Em uma atitude fenomenológica, pergunto para a pessoa que está sendo avaliada: O que você sente quando tenta interagir com outras pessoas? Ela pode me responder que sente um grande desconforto e que faz um

esforço, necessitando planejar para poder interagir e se comunicar com o outro, mesmo que tenha vontade de fazê-lo, o que gera um cansaço grande. Ou ela pode me responder que não gosta de interagir porque as pessoas não lhe são interessantes, embora quando o faça tenha extrema facilidade, sem precisar se esforçar ou planejar algo para tal. Em ambos os casos temos dificuldades na interação social aos nossos olhos, mas os motivos são muito distintos. O fenômeno que se mostra é o mesmo, mas o sentido da vivência é diferente. No primeiro caso, fecha-se critério para autismo, pois há nítida dificuldade, esforço e até planejamento para interagir, gerando, inclusive, cansaço. No segundo caso, não. Trata-se de outra coisa. Desse modo, aprendi que, embora uma(um) profissional da Psicologia seja especialista em diagnóstico de autismo, ela(e) precisa ter um olhar mais aprofundado, um bom conhecimento técnico, científico e pessoal para analisar resultados de testes, assim como saber que existem outras condições que podem se assemelhar com autismo, mas não são. É necessário se atentar às circunstâncias, à cultura, à raça, à classe social, ao gênero, enfim, a todas as possibilidades de conexões da rede que compõe a pessoa em avaliação.

Nesse ponto retomo a legislação para AH/SD, que propõe acessibilidade também no ensino superior para pessoas com esta condição. Após aprender isso, refleti bastante sobre minha identificação tardia. Cheguei à conclusão que saber disso, na época que entrei na faculdade, teria contribuído demais para minha vida como um todo, mas apenas para eu dar sentido a minha singularidade e a compreender tudo que eu vivenciava, pois acredito que em termos de inclusão a que tinha direito penso que se atualmente ainda temos tanto desconhecimento sobre o assunto, imagine há 20 anos quando entrei na faculdade. Será que conseguiria? Fica a questão. De uma coisa eu sei: a falta de inclusão contribuiu para que todo o meu percurso universitário fosse extremamente exaustivo, desinteressante e sendo sempre repensado, pois eu me imaginava atuando como psicóloga, mas, sem a inclusão necessária, tive reflexos em minha saúde como um todo que quase me fizeram desistir do curso. Dessa forma, sabendo que ainda vivemos em uma sociedade que parte do princípio da normalidade, excluindo o que foge de uma norma inventada, então, ainda precisamos de diagnósticos e de identificações, pois, infelizmente, direitos só são respeitados quando se tem um papel que lhes assegure juridicamente. Enquanto profissional, sigo olhando o ser humano como um todo, focando em suas possibilidades de contato com o mundo, em sua experiência e em como dá sentido a tudo que vive. Se a pessoa é autista e/ou superdotada, aprenderei com ela como é sua forma de ser, o que lhe é importante, assim como tenho feito durante toda minha atuação enquanto profissional da Psicologia, na qual existe uma horizontalidade em que terapeuta e cliente caminham juntas(os), cientes de que somente essa(e) sabe mais de si do que qualquer outra pessoa. Portanto, é com atitude fenomenológica que caminho pela vida, o que me abre para as inúmeras possibilidades da existência a todo instante. O que aconteceu

comigo me motivou a partilhar este relato, já como atitude em busca de mudança dessa realidade de exclusão a qual fui submetida e que, ainda, muitas pessoas continuam a ser e sofrer por isso.

4 DISCUSSÃO

Perante as palavras emocionantes de Mafalda, emerge a questão: por que profissionais da Psicologia, aparentemente formadas(os) e treinadas(os) em diagnóstico clínico e psicoeducacional, cometem erro quando avaliam uma mulher neurodivergente? Por que afirmam que ela tem TEA, sendo que é superdotada ou é também superdotada? Aqui, temos duas situações: 1) a pessoa é superdotada e não tem outra condição neurodivergente ou 2) ela é superdotada, também tendo outra condição. Em ambos os casos, a superdotação tem ficado invisível aos olhos de quem avalia. O primeiro motivo para o erro, defendemos, está na falta de conhecimento sobre neurodivergência e sua ampla diversidade. Falta conhecimento básico do que é a superdotação, suas semelhanças e diferenças com o TEA e demais condições. Não raro, psicólogas(os) ainda perpetuam crenças equivocadas sobre superdotação e nem mesmo sabem que não se trata de transtorno, mas de uma condição de neurodesenvolvimento peculiar.

Dentre as crenças equivocadas, uma das mais fortes é a associação estrita de superdotação a quociente intelectual muito superior, oriundo dos primeiros estudos sistematizados por Francis Galton, em 1869 (Silverman, 2013). De Galton para cá, muita coisa mudou. Saímos, cientificamente, de uma visão unidimensional da superdotação e estamos, pelo menos já antes da metade do século XX, numa perspectiva multidimensional. Cientistas como Linda Silverman, Maureen Neihart, Leta Stetter Hollingworth, Yolanda Benito, Rena Subotnik, Paula Olszewski-Kubilius, Steven Pfeiffer, Kurt Heller, François Gagné, Kazimierz Dąbrowski, Abraham Tannenbaum, Frank Worrell, Willem Kuipers, Robert Sternberg, dentre outras(os), estão desconhecidas(os) no Brasil. E não apenas em âmbito de seu trabalho com a superdotação, mas suas demais contribuições à Psicologia como um todo. Tais cientistas supracitadas(os) são psicólogas e psicólogos que tem sido deixadas(os) de lado.

A ausência de referencial teórico atualizado contribui para a repetição e ignorância quanto ao que está em nossa frente. Hoje já temos base científica para afirmar que as memórias que são armazenadas o são porque têm valor adaptativo (Ribeiro, 2019). Em outras palavras, se não apresentamos estímulos diferentes à pessoa, ela reproduz o que foi guardado e serviu a ela em algum momento. Eis, em parte, a origem da reprodução dos mitos em torno da superdotação. Um mito tem valor adaptativo momentâneo. Atende a necessidade inicial que é a de saber minimamente algo de um fenômeno. Contudo, mitos se tornaram ecos que ainda têm soado na mente de psicólogas(os).

Queremos oportunizar uma mudança desta realidade. É chegado o momento de assumir responsabilidade científica perante uma população que sofre por invisibilidade, por diagnósticos equivocados, falta de atendimento ou conseqüente atendimento inadequado que, muitas vezes, prejudica, em vez de ajudar. Um exemplo disto é a condução da psicoterapia. Isto porque é diferente atender uma pessoa superdotada de outras pessoas que não tem esta condição de neurodesenvolvimento. Há peculiaridades que demandam da(o) terapeuta conhecimento e formação específicos. O mesmo acontece para outros serviços que pessoas superdotadas e suas famílias podem precisar, como consultorias diversas, orientação psicoeducacional, vocacional, profissional etc.

No âmbito da confusão entre uma condição e outra, outro fator que leva a erros é uma formação deficitária no que tange, mais especificamente, os campos ontológico, epistemológico e normativo, dentro da própria ciência. Discussões fundamentais quando se pensa em superdotação são os pares ser e vir a ser, geral e específico, qualitativo e quantitativo, aptidão e desempenho, nomotético e ideográfico, reducionismo e emergentismo, expertise e criatividade, excelência e equidade, dentre outros (Dai, 2018). Tais pares têm sido ignorados. Por exemplo, a ausência de aprofundamento na reflexão e discussão do par qualitativo/quantitativo tem como uma das conseqüências a redução da pessoa superdotada a sua medida de QI. O que, por sinal, gera outras conseqüências prejudiciais como o apagamento de sua identidade integral. Outra grave conseqüência da falta de aprofundamento nestes campos é a(o) profissional olhar para o fenômeno e confundi-lo com outro. Olha-se para a superdotação e acredita-se que seja TEA, pelas semelhanças. *Parece TEA*. Mas, defendemos, isto ocorre porque se olha somente para o que a pessoa mostra e não para sua vivência e a origem daquilo que é mostrado.

Alguns exemplos para ilustrar o que queremos dizer são os seguintes: na escola, a pessoa tinha um vocabulário de fala sofisticado, mas uma expressão escrita pobre; participava bem das discussões de classe, mas não seguia com a implementação das ideias; tinha habilidades acadêmicas desiguais e notas inconsistentes (que pode se seguir na universidade); fazia bem a atividade quando era dado tempo suficiente, mas levava muito mais tempo que a maioria dos colegas, inclusive em tarefas de casa; precisava estudar muito antes das provas, conseguia boas notas, mas logo esquecia a maioria das informações que aprendia; precisava estudar tudo de novo ou a maior parte para outras provas; tinha grande habilidade de resolução de problemas, mas sofria de baixa autoestima; tinha excelência em uma área ou assunto, mas parecia mediana(o) em outros; tinha ideias ótimas, mas tinha dificuldade em organizar tarefas e atividades; prosperava na complexidade e tinha dificuldade com atividades que exigiam decorar (memorizar por repetição e sem significado); entendia os conceitos facilmente e ficava frustrada(o) com as exigências de desempenho (Silverman, et.al., 2019), dentre outros.

Todos estes traços podem ser atribuídos a TEA e/ou TDAH. Mas também podem estar presentes em pessoas superdotadas. Como, então, diferenciar? Afirmamos que apenas através daquilo que se mostra, num primeiro momento, é insuficiente. É preciso uma investigação mais profunda em torno da vivência e das origens. Um exemplo de um traço é o de ter ótimas ideias, mas dificuldade em organizar tarefas e atividades. Pode parecer traço de TDAH. Em alguns casos, pode ser TDAH; em outros, não. Para uma mulher superdotada que não recebeu atendimento educacional especializado desde a infância e teve outras mais adversidades como a própria discriminação de gênero, sua dificuldade em se organizar mentalmente, que iniciou quando criança, tende a crescer durante os anos. No momento da avaliação, ela pode apresentar traços “fortes” de TDAH por causa disso. Mas a origem não está em um transtorno, e sim em outros fatores de sua vivência.

Vejamos outro exemplo. Um traço altamente comum nas pessoas superdotadas é prosperar em atividades complexas e ter dificuldade naquilo que requer memorizar por repetição e sem significado. Se a elas é dada uma tarefa de decorar, podem ter baixo desempenho ou mesmo nem conseguir fazê-la. Isto ocorre porque a pessoa superdotada tende a ter, desde os primeiros anos de sua vida, elevado nível de metacognição, graças ao seu desenvolvimento assíncrono (Silverman, 1997). A metacognição, dentre outros fatores, faz com que todos os processos psicológicos necessários à atividade de análise e síntese sejam destacados. O conhecimento, então, só é elaborado mediante o seu sentido (Conceição & Neumann, 2021). Já se sabe, por exemplo, conforme Noble (1987), que as mulheres superdotadas tendem, desde crianças, a questionar mais os estereótipos de gênero, as normas sociais sem sentido, aquilo que atrapalha seu desenvolvimento e realização. Numa sociedade patriarcal, tais questionamentos podem ser vistos como inapropriados e as meninas, muitas vezes, são punidas por serem elas mesmas e mostrarem sua condição neurodivergente. Isto se agrava quando a menina é negra, devido ao racismo. Conforme investigado por Silverman e Miller (2009) e Winterbrook (2017), a questão do meio social, como gênero, afeta diretamente as mulheres superdotadas, tanto que a maioria de pessoas superdotadas identificadas em escolas são meninos, inclusive, em outros países. Estas mulheres chegam à vida adulta sem saber quem são e o porquê veem o mundo de modo divergente. São muitas as barreiras psicológicas que desenvolvem e isto, salientamos, se mostra em um processo avaliativo de superdotação.

Avaliar superdotação e, em especial, mulheres, vai muito além de saber o que é superdotação. Requer conhecimento sobre interseccionalidade e paradigma neurodivergente. Conforme Silverman (2013) interseccionalidade é o reconhecimento de que membros de grupos minoritários (mulheres, negros, judeus, homossexuais, imigrantes, pobres etc.) têm identidades multissociais que intersectam para criar um todo que é diferente das partes. Já no que tange à neurodivergência, segundo Rosqvist,

Stenning e Chow (2020), refere-se, comumente, a diferenças de funcionamento cognitivo, afetivo e sensorial quando comparado ao que se denominou sujeito neurotípico, isto é, o funcionamento da maioria das pessoas. Uma das maneiras de olhar para o par neurotípico e neuroatípico seria o de contraposição, ou seja, em que um se opõe ao outro. Esta maneira é oriunda da posição ideológica fundada pela eugenia e que defende uma *normalidade* e, conseqüentemente, *anormalidade*. Contudo, as mais recentes discussões sobre neurodiversidade rumam para justamente desconstruir este ideal de sujeito neurotípico. Tal sujeito é uma extensão da racionalidade ideal, fundada na modernidade, que levaria a comportamentos a partir de âmbito cognitivo, emocional e sensorial *ideais*. Tais comportamentos, por sinal, descreveriam o sujeito adequado. Quem se diferencia são as(os) desviantes e, por isso, recebem opressão por seu modo de pensar, sentir e agir diferenciado daquilo que se idealiza como padrão. Quem não se *normaliza*, é, então, excluída(o) já, muitas vezes, dentro da família; depois, na escola, no trabalho e na vida social. São pessoas excluídas, também, pela Psicologia, se esta deixa de olhar para elas como pessoas existentes, como bem foi relatado por Mafalda. Ela não foi vista em nenhum momento de sua formação, inclusive como psicóloga. A exclusão pode parecer sutil, mas, profundamente impactante na vida de quem a vive.

Falta de identificação e diagnósticos equivocados são uma forma de exclusão, isto é, atribuir à pessoa aquilo que ela não é e deixar de identificar o que é. Isto gera outras conseqüências excludentes como a falta de atendimento às demandas específicas educacionais e de saúde de cada uma das condições neurodesenvolvimentais envolvidas, em qualquer idade. Além reforçar padrões sociais de exclusão quando não se traz à tona as diferenças reais entre as pessoas. Neste sentido, as pessoas com múltipla condição (Conceição & Neumann, 2021) ou, ainda dupla-excepcionalidade são um público de alta vulnerabilidade porque, sem a identificação, podem simplesmente ser taxadas de desmotivadas e preguiçosas. Além de que, nestes casos, é comum a superdotação mascarar transtornos e os transtornos afetarem o desempenho em testes de QI, o que faz com que o escore seja menor (Silverman, 2013). Assim, defender a crença de que todas as pessoas superdotadas alcançam QI muito superior em testes psicométricos, automaticamente, exclui a maior parte da população com múltipla condição porque se desconsidera o fenômeno da compensação. Silverman (2013) salienta que a pessoa superdotada usa sua capacidade para compensar suas dificuldades. Quanto maior for sua capacidade de pensamento abstrato, mais o pensamento é usado para compensar. Porém, a compensação tem um preço que é o cansaço e a exaustão, o que atrapalha o desempenho e a realização. Além disso, a compensação pode funcionar nos primeiros anos, mas parar quando a tarefa for muito difícil ou ficar muito fácil. Uma das maiores conseqüências da compensação é evitar a identificação e sem ela, o que predomina é o sofrimento. Situações como esta são vividas, com frequência, por parte considerável do

público neurodivergente e têm implicações em seu desenvolvimento e sua saúde, ao longo da vida, como bem partilhou Mafalda. A adequada identificação de uma condição neurodivergente, seja a superdotação e/ou outra, significa proporcionar para esta pessoa a oportunidade de saber quem ela é e, em parte, o porquê do seu modo de existir no mundo. Isto faz com que haja construção de sentido para a existência e um ponto de partida para a busca de crescimento. Quando uma pessoa cresce, a sociedade cresce junto, pois ela passa a existir de modo diferente de antes, de algum modo. Atuar com o público neurodivergente, seja qual for, é assumir um compromisso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos, ao decorrer do texto, alguns possíveis motivos que levam profissionais da Psicologia a se equivocar na avaliação de pessoas neurodivergentes, que são: a) falta de conhecimento sobre superdotação, interseccionalidade e paradigma neurodivergente, b) ausência de referencial teórico atualizado nos campos ontológico, epistemológico e normativo e c) ausência de profundidade na busca pelas origens e sentidos daquilo que é investigado. Como um caminho, destacamos que é fundamental que a formação de profissionais da Psicologia se inicie na graduação e seja contínua em todos os âmbitos de competência para quem deseja atuar com o público neurodivergente. São necessárias competência de âmbito humano, científico, técnico, educacional, cultural e simbólico.

Em âmbito humano, a avaliação de superdotação demanda da(o) profissional o uso das inteligências interpessoal, intrapessoal, existencial e emocional desenvolvidas. É preciso ir além da análise intelectual das informações, ter profunda empatia e consciência de si e do outro. No âmbito científico, além do que trouxemos na discussão, é preciso ter constante curiosidade em saber mais, motivação para investigar e senso crítico. No âmbito técnico, é necessário saber escolher os melhores instrumentos, aplicá-los e interpretá-los adequadamente. Os resultados precisam ser dialogados e compor um todo coerente e com significado. Além disso, é preciso coragem para se lançar a desenvolver novos caminhos e instrumentos melhores e mais abrangentes.

Em âmbito educacional, seja quem tem formação diretamente na Psicologia da Educação ou não, é preciso conhecer processos de aprendizagem e desenvolvimento formais e informais. Eles perpassam a vida da pessoa superdotada o tempo todo. A área educacional é essencial para o que vem após a avaliação que são os encaminhamentos em qualquer idade. A avaliação vai além de diagnóstico. Ela precisa apontar caminhos, o que fazer conforme as necessidades educacionais especiais de cada pessoa. Por fim, no âmbito cultural e simbólico, é preciso que a(o) psicóloga(o) olhe para seu próprio

capital cultural e simbólico e de que modo converge e diverge da pessoa que está avaliando. Perpassa sua compreensão sobre seus valores e os do outro, de suas origens e vivências na sociedade. É onde se insere gênero, raça, classe social, sexualidade, religião etc. Só um exemplo, como um psicólogo – homem e branco – se coloca, como pessoa, na avaliação de uma mulher – negra ou de origem indígena, de origem oriental etc. São pessoas com capital cultural diferentes. Tudo isto faz parte da avaliação de superdotação, a qual está, ainda, no começo de seu desenvolvimento mais aprofundado no Brasil enquanto área de atuação e campo de conhecimento.

REFERÊNCIAS

Conceição, N. M.; Neumann, P. Sobre-excitabilidades, Metacognição e Metapercepção nas Altas Habilidades ou Superdotação. In: Vazzoler-Mendonça, A. (Org). *Altas Habilidades: saúde, esporte e sociedade*, v.1. Porto Alegre: Editora Fi, 2021

Dai, D. Y. (2018). A History of Giftedness: Paradigms and Paradoxes. In: Pfeiffer S. I. (ed.). *Handbook of Giftedness in Children: psychoeducational theory, research and best practices*, 2ed. Switzerland: Springer, pp. 1-14.

Dąbrowski, K. (1972). *Psychoneurosis is not an Illness*. London: Gryf Publications.

Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020. (2020). Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. (2020). Instituída pelo. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acesso em 11/01/2021.

Ewald, A. (2008). Fenomenologia e Existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8 (2), Pp. 149-165.

Galli, L. (2009). Um olhar fenomenológico sobre a questão da saúde e da doença: a cura do ponto de vista da Gestalt-Terapia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9 (1), pp. 58-70. Disponível em <http://www.revispsi.uerj.br/v9n1/artigos/pdf/v9n1a06.pdf>. Acesso: 10 de janeiro de 2022.

Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015. (2015). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113234.htm . Acesso em 11/01/2021.

Majoritz, K. L. & Rinn, A. N. (2018). The Social and Emotional World of the Gifted. In: Pfeiffer, S. I. (Ed.). *Handbook of Giftedness in Children*. Switzerland: Springer International Publishing.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: *DSM-5* / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

Noble, K. D. (1987). The Dilemma of the Gifted Women. *Psychology Women Quarterly*, 11, 1987, pp.367-378.

Ribeiro, J.P. (1985). *Gestalt-terapia: Refazendo um caminho*. 6ª ed. São Paulo: Summus.

Ribeiro, S. (2019) *O Oráculo da Noite: a história e a ciência do sonho*. São Paulo: Companhia das Letras.

Renzulli, J. (2004). O que é esta coisa chamada superdotação e como a desenvolvemos? *Educação*, 27 (52), pp.78-131.

Rinn, A. N., & Reynolds, M.J. (2012). Overexcitabilities and ADHD in the Gifted: An Examination. *Roeper Review*, 34:1, 38-35.

Rosqvist, A. B.; Stenning, A. & Chow, N. (2020). Introduction. In: Rosqvist, A. B.; Stenning, A. & Chow, N. (ed.). *Neurodiverdivty Studies: a new critical paradigm*. London: Routledge Tayloy & Francis Group, pp. 1-12.

Silverman, L. K.(1997). The Construct of Asynchronous Development. *Peabody Journal off Education*,72, 3 & 4, 1997, pp. 36-58.

Silverman, L. K. & Miller, N. B. (2009). A Feminine Perspective of Giftedness. Shavinina, L. V. (ed.). *International Handbook on Giftedness*. Switzerland: Springer, pp. 99-128.

Silverman, L. & Maxwell, B. (2010). *Teacher Checklist for Recognizing Twice Exceptional Children*. Denver: Gifted Development Center.

Silverman, L. K. (2013). *Giftedness 101*. New York: Spring Publishing Company.

Silverman, L.K., Gilman, B.J., Lovecky, D.V. & Maxwell, E. (2019). Adapted from Winterbrook, C. A. *Exploring the Lives of Gifted Women*. (2017). 276f. (Doutorado em Educação). Morgridge College of Education. University of Denver. Denver.

Yountef, G.M. (1998). *Processso, Diálogo e Awareness: ensaios de gestalt-terapia*. São Paulo: Summus.

Juliana Rangel Sabatini

Mestre e Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS - UERJ), Rio de Janeiro, Brasil; Psicóloga (UFRJ); Pós-graduada em Psicologia Clínica com ênfase em Gestalt-terapia. Professora no Curso de Graduação de Psicologia do Centro de Universitário IBMR.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4004382814178873>

Patricia Neumann

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Centro Oeste; Guarapuava, Brasil. Psicóloga nas áreas clínica e de avaliação psicoeducacional e pesquisadora em altas habilidades/superdotação.

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/9354677539847614>

**Recebido em 26 de julho de 2022
Aceito em 06 de setembro de 2022**